

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº \_\_\_\_\_ , DE 2017**

**(Dos Srs. Chico Alencar, Edmilson Rodrigues, Glauber Braga, Ivan Valente,  
Jean Wyllys e da Sra. Luiza Erundina)**

*Susta Decreto de 24 de Maio de 2017 do Presidente da República que autoriza o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e Ordem no Distrito Federal.*

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, inciso V, da Constituição Federal, decreta:

**Art. 1º** - Este Decreto Legislativo susta os efeitos do Decreto de 24 de maio de 2017, do Presidente da República, que autoriza o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e Ordem no Distrito Federal.

**Art. 2º** - O Poder Executivo adotará as providências necessárias ao cumprimento deste Decreto Legislativo.

**Art. 3º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICATIVA**

O Presidente da República, Michel Temer, autorizou hoje, mediante Decreto, o emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e Ordem no Distrito Federal. Trata-se de recorrer ao Exército para reprimir as legítimas manifestações que ocorrem na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional, exigindo o fim do governo ilegítimo de Michel Temer, a realização de eleições diretas e a retirada das reformas trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso Nacional, para retirar direitos do povo trabalhador brasileiro.

Não cabe às Forças Armadas, de acordo com a Constituição de 1988, a função de reprimir manifestações populares. Este Congresso Nacional não pode tolerar uma medida autoritária como essa, que visa ao cerceamento do sagrado direito de manifestação. O governo Michel Temer aprofunda o arbítrio e fere gravemente a democracia brasileira.

O inciso V do art. 49 da Constituição Federal (CF) atribui importantíssima competência exclusiva ao Congresso Nacional, qual seja, a de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Observa-se, portanto, que o referido Decreto extrapolou, e muito, o poder regulamentar concedido ao Poder Executivo e é totalmente incompatível com os princípios reitores da Constituição Federal de 1988

Sala das Sessões, 24 de maio de 2017.

**LUÍZA ERUNDINA**  
Deputado Federal  
PSOL/SP

**EDMILSON RODRIGUES**  
Deputado Federal  
PSOL/PA

**CHICO ALENCAR**  
Deputado Federal  
PSOL/RJ

**GLAUBER BRAGA**  
Deputado Federal  
PSOL/RJ

**JEAN WYLLYS**  
Deputado Federal  
PSOL/RJ

**IVAN VALENTE**  
Deputado Federal  
PSOL/SP